

Centralização de câmbio preocupa

São Paulo — A repetição de um erro histórico só pode ser interpretada por empresários de grandes indústrias multinacionais e especialistas em comércio exterior como decorrência da miopia das autoridades governamentais brasileiras. A hipótese de uma nova centralização do câmbio, como ocorreu em 1983, provocou reações de profunda perplexidade no meio empresarial porque, a rigor, configuraria a admissão, pelo governo, da idéia de que o país está quebrado. Nessa hipótese, é improvável o “risco político” de negociar com o “Brasil S.A.” — um impacto quase tão violento quanto a decretação de moratória da dívida externa.

Muitas empresas já admitem estar enfrentando problemas de comercialização com alguns países, como Alemanha e França, que estão relutando em vender ao Brasil. Governos e empresas estrangeiras só estão efetivando suas exportações ao Brasil mediante seguro de crédito. Isso demonstra, segundo técnicos da área de comércio exterior, uma clara deterioração de imagem do país. Negociar com as empresas brasileiras já deixou de ser um mero risco

comercial, diante da perspectiva de “quebra” de uma empresa, para ser um risco político. A hipótese de “quebra” do país. De modo geral, tanto europeus como japoneses e norteamericanos estão vendendo ao Brasil sem segurança de recebimento e a centralização do câmbio consolidaria essa situação, a exemplo do que já vem enfrentando com a Venezuela.

A centralização do câmbio é encarada, pela iniciativa privada, como a pior das medidas estatizantes, numa economia totalmente dirigida pela mão de ferro do Estado. Além de representar a total perda de liberdade das redes financeiras privadas de operar, a centralização das operações de câmbio no Banco Central representa um sério agravante “moral”, segundo alguns empresários, porque a tendência seria de liberação de recursos através de corrupção e privilégios.

Mesmo admitindo a medida como a “total falta de saída” para uma situação emergencial, os empresários não acreditam em sua eficácia para o “caixa” do país e alertam para o risco de diminuição ou mesmo paralisação da produção,

principalmente de bens que dependem de matérias-primas, insumos e componentes importados, sem falar no prejuízo das exportações brasileiras e na perda de crédito.

Com base na dramática experiência de 1983, os industriais prevêem duas consequências negativas de centralização do crédito. Para as empresas, o bloqueio no fluxo de recursos, especialmente para as faturas, acarretando o adiamento ou a desistência de investimentos já planejados. Para o país a decisão seria ainda mais infeliz sob três aspectos: a perda dos investimentos, a deterioração da imagem de uma nação sólida e em desenvolvimento e um quadro extremamente complicador para renegociação da dívida externa.

Para empresários ligados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a entidade empresariais de comércio exterior, a possível centralização das operações de câmbio é “totalmente prejudicial à imagem do país”, pois revela mesmo uma situação de insolvência do comércio exterior brasileiro.